



Ilmo(a). Sr(a) Pregoeiro(a),

Ref.: Recurso ao Ato de Inabilitação do Pregão Eletrônico nº 90001/2024

SAOC CONSULTORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.653.781/0001-35, sediada na Rua Itapeva nº 366, conjunto 12 e 13 – salas 12 e 13 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP: 01332-000, vem respeitosa e tempestivamente à presença de V. Sa., aqui representada por seu administrador, interpor recurso em face da decisão de inabilitação, fazendo consoante as razões fático-jurídicas a seguir articuladas.

De início, é imperioso esclarecer que participamos do Pregão Eletrônico nº 90001/2024, cujo objeto é a “Prestação de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (“SESMT”)”, área esta que atuamos desde 1996.

É criterioso esclarecer, também, que a nossa empresa, para a consecução do objeto social, utiliza-se de mão obra própria para os serviços técnicos, tanto de engenharia de segurança quanto medicina do trabalho. Possuímos, em nosso quadro de colaboradores, profissionais das áreas de engenharia (Engenheiro e Técnicos em Segurança do Trabalho) e de medicina (médicos e enfermeiros do trabalho). Utilizamos metodologia adequada, equipamentos rastreáveis e calibrados, gestão ativa das informações através de software específico (SOC). Dentre os serviços solicitados em Edital, temos várias atividades (PGR; PPP; CIPA; Brigada de Incêndio) que são desenvolvidas por nossos técnicos de segurança do trabalho com responsabilidade atribuída diretamente a minha pessoa que neste caso sou o Proprietário da empresa e também Técnico em Segurança do Trabalho.

Diante disso, entendemos que a decisão de inabilitação não pode prosperar, isso porque, pelo exame do edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2024, não há estipulação de que os colaboradores vinculados à Recorrente precisam obrigatoriamente serem empregados, ou seja, que os colaboradores obrigatoriamente devem ser seus empregados.

Vale lembrar, nesse ponto, que a Administração e as licitantes se encontram vinculadas às normas e condições do edital, por força do que dispõe LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. Sobre o tema, nos ensina Celso Antônio Bandeira de Melo que: “O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como aliás está consignado no art. 41 da Lei 8.666” (Curso de Direito Administrativo. Ed. Malheiros, São Paulo, 2010, p. 535).



No mesmo sentido já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo: “O edital fixa as regras do certame. Define as condições em que se estabelece o relacionamento entre a Administração e concorrentes. O Poder Público faz exigências e o licitante, ao participar, concorda com elas. Nasce daí o vínculo jurídico do qual decorrem direitos e obrigações. O processo licitatório, além de princípios constitucionais, como o da legalidade e o da moralidade, rege-se pelo princípio da vinculação ao edital. Ele faz lei entre as partes” (Apelação Cível 9146192-75.2002.8.26.0000; Rel. Des. EVARISTO DOS SANTOS, 6ª Câmara de Direito Público, julgado em 08/09/2008).

Por outro lado, chamamos a atenção deste Douto Órgão Administrativo do que consta na parte inicial do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2024 (Processo Administrativo nº 4152/2023), donde a menção a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, que revogou, a partir de 30/12/2023, a LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

A partir dessa premissa, cremos ser apropriado citar o artigo 122 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, assim dispõe:

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Ora, se o edital não vedou expressamente a subcontratação, é ilegal a desqualificação de nossa empresa com base em disposição na “minuta base” do contrato administrativo.

Oportuno relembrar que a subcontratação parcial de serviços contratados não necessita ter expressa previsão no edital ou no contrato, bastando apenas que não haja expressa vedação nesses instrumentos, entendimento que se deriva do artigo 122 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, bem como do fato de que, na maioria dos casos, a possibilidade de subcontratação deve atender a uma conveniência da administração.

Dito em melhores termos, o artigo 122 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, atribui à Administração a faculdade de permitir, ou não, a subcontratação de partes da obra, serviço ou fornecimento contratado, conforme disposto em regulamento ou no edital da licitação.

Esse é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO. ILEGALIDADE CARACTERIZADA POR DISPENSA DE QUALIFICAÇÕES PREVISTAS NO EDITAL. FALHAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. BOA-FÉ. ACOLHIMENTOS DAS JUSTIFICATIVAS. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. DISPENSA DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES. DETERMINAÇÕES.

(...)

2. A proposta mais vantajosa é a que apresenta menor preço e atende às demais exigências fixadas no edital.

(...)

4. A subcontratação parcial de serviços pactuados não necessita de expressa previsão no edital ou no contrato. Basta que não haja vedação nesses instrumentos, entendimento que deriva do art. 72 da Lei 8.666/1993 e do fato de que, na maioria dos casos, a possibilidade de subcontratação deve atender a uma conveniência da administração.

Abrimos, aqui, um ligeiro parêntese para assinalar que os órgãos públicos licitantes devem obediência aos princípios contidos no artigo 37 da Constituição Federal, dentre os quais, o da publicidade

Dito isto, importa lembrar que o edital do certame não vedou a terceirização do objeto licitado.

Nesse diapasão, no Acórdão TCU nº 2002/2005 – Plenário, o Ministro Relator consignou em seu voto que “a subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º, Lei nº 8.666/93). (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU 4. ed. Brasília: TCU, 2010)

A partir dessas premissas, entendo que é descabida a desclassificação da nossa empresa por suposta violação ao item “4” da minuta do contrato, uma vez que tal vedação não consta no edital.

Nada obstante isso, creio que seja apropriado esclarecer que não há a previsão no edital de que os colaboradores devem ser empregados contratados na forma da CLT, mas, sim, que devem ter a capacidade técnica para atendimento dos requisitos e condições do objeto do contrato, razão pela qual a desqualificação, tal como lançada, configura ilegalidade.

Por fim, é impérios complementar, também, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, ficou a seguinte tese: “É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho em pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.”



Diante do exposto, serve-se a Recorrente, pelo presente, para requerer que este Douto Órgão Administrativo se digne em receber e processar esse recurso, uma vez que foram preenchidos os seus requisitos de admissibilidade, e proveja para revogar a inabilitação, seja porque não há qualquer objeção no edital quanto ao tipo de vínculo que os profissionais devem possuir com a ora Recorrente, seja porque inexistente, no instrumento convocatório, previsão expressa de vedação expressa a eventual terceirização, o que nos permite dizer que tal inabilitação evidencia inegável ilegalidade e devesse ser revisada, a fim de permitir que a ora Recorrente se sinta vencedora do certame, inclusive porque apresentou o melhor preço, o que deverá prevalecer, consoante o pacificado entendimento jurisprudencial pátrio.

Nestes termos, pede-se deferimento.

São Paulo, 06 de março de 2024.

Alexandre Ballerini Stampachio
RG nº 22.335.572-0
CPF nº 150.929.088-58
SAOC CONSULTORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO LTDA.